



**Victoria Motta de
Lamare França**

Mestranda em Relações
Internacionais (IRI/PUC-
Rio). Graduada em
Relações Internacionais
(IRI/PUC-Rio). Diretora
de Ensino e Pesquisa
(Debates Pós-Coloniais e
Decoloniais/UFRJ) e
Pesquisadora
CCOPAB/REBRAPAZ.

**DE CONING, Cedric; AOI, Chiyuki; KALRSRUD, John (Eds.). UN
Peacekeeping Doctrine in a New Era. Adapting to Stabilisation,
Protection and New Threats. Londres: Taylor & Francis, 2017. ISSN:
9781138226753**

Desde 2004, a Organização das Nações Unidas (ONU) enfrenta um novo contexto de segurança internacional, com o Conselho de Segurança (CSNU) já tendo autorizado quatro Operações de Paz de “estabilização” inspiradas nas experiências da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Apesar de não existir uma doutrina que defina os parâmetros desse tipo de engajamento, essas missões vêm mudando a abordagem da ONU para uma “virada robusta”. Dessa forma, essas mudanças contrariam os princípios doutrinários basilares das Operações de Paz (imparcialidade, consentimento do Estado anfitrião e uso mínimo da força), já que há uma maior disposição para o emprego da força, o apoio a governos anfitriões e o uso de novos sistemas de armas e táticas, incluindo forças especiais e de inteligência.

Nesse sentido, Cedric de Coning, Chiyuki Aoi e John Karlsrud organizaram em UN Peacekeeping Doctrine in a New Era uma obra pioneira, que demonstra as potencialidades e desafios dessa nova era de Operações de Paz, focando em uma reavaliação da doutrina existente com base em uma análise dos mandatos e atividades operacionais das principais missões contemporâneas da ONU. Para tal, eles partem da combinação entre estudos de caso de missões e reflexões sobre política externa de países-chave para as Operações de Paz. Dividido em três partes, o livro explora posicionamentos doutrinários, a realidade das práticas no terreno e novos debates a partir da contribuição de especialistas. Os organizadores argumentam que é necessário revisar as ações da ONU nos níveis estratégico, operacional e tático para responder aos novos desafios das Operações de Paz.

O debate doutrinário proposto na primeira parte é realizado com a representação de países que ocupam o assento permanente no CSNU e os principais contribuintes com tropas, refletindo como eles influenciam a formação dos mandatos e das ações no terreno. Os autores, dessa forma,

apontam uma Divisão Internacional do Trabalho nas Operações de Paz que consolida o Sul Global como principal contribuinte de tropas e polícia, enquanto o Norte participa financeiramente e com tecnologia, o que dificulta a coordenação das tropas no terreno. Os Estados Unidos são considerados o principal colaborador financeiro, já a França e o Reino Unido atuam fortemente no campo doutrinário incluindo as missões de estabilização e, por fim, a China e a Rússia consideram essas missões uma temática mais política do que militar e/ou operacional. Ademais, a posição dos países do Sul Global em relação à “virada robusta” é variada. Enquanto países africanos geralmente são favoráveis, porque receiam um spill over de conflitos e/ou ameaças, os Estados americanos e asiáticos preferem abordagens mais tradicionais, com mandatos e regras de engajamento mais definidas.

Na segunda parte da obra, os organizadores identificam a necessidade de reestruturar as estratégias de respostas da ONU, propondo uma tipologia de análise que foca na revisão dos princípios e atividades centrais das Operações de Paz, reorganizando os conceitos já estabelecidos nos documentos doutrinários das Nações Unidas. Nessa proposta, considera-se também as novas tendências de missões focadas em proteção de governos e contra insurgência.

Assim, defende-se uma diretriz inequívoca para os peacekeepers no terreno, sobre como usar a força e como agir em situações nas quais o consentimento pode ser um fator ambíguo. Ainda, considera-se que a perda da parcialidade inerente ao apoio aos governos anfitriões pode levar a ataques a funcionários da ONU e ao questionamento sobre a presença e as atividades no terreno. Para os autores, uma Operação de Paz deve estabilizar um país, isto é, criar condições políticas e de segurança suficientes para o autogoverno, o que difere da realidade, já que esses governos dependem cada vez mais da ONU.

A vontade política dos países discutidos na primeira seção do livro identifica que esse debate está longe de acabar. Desse modo, uma revisão como a proposta pelos organizadores ambiciona resolver alguns distanciamentos entre a realidade e o mundo ideal, sem ofuscar os princípios que guiaram a criação da própria doutrina. Será que a ONU deve realmente seguir o caminho para Operações de Paz com maior uso da força? Os custos dessa decisão de fato protegem mais civis? Quem efetivamente arcará mais com esses custos? O livro ofusca esse tipo de debate, apesar de os autores e organizadores já trabalharem esses assuntos em outras obras.

Por fim, a terceira parte do livro considera temas emergentes. As novas tendências das Operações de Paz abrem espaço para novos desafios e possibilidades, tanto em relação ao potencial marítimo como às ferramentas tecnológicas sendo utilizados em uma missão. É

preciso, portanto, rever o papel dessas temáticas na medida em que as Operações de Paz da ONU entram no século XXI com novas ambições e capacidades.

O livro conclui reconhecendo que as tendências de estabilização em Operações de Paz da ONU estão cada vez mais se institucionalizando, apesar da ausência de um entendimento coletivo sobre o que isso significa para as ações realizadas no terreno. Assim, o ponto de maior destaque em *UN Peacekeeping Doctrine in a New Era* está relacionado à análise ampla, desde o posicionamento de países-chave para as Operações de Paz, passando por uma proposta própria para reavaliar como essas missões podem ser realizadas até a reorganização das ações no terreno a partir das tendências atuais. A proposição de uma diretriz de ação bem definida se baseia na reformulação dos princípios e práticas que guiam as Operações de Paz, a fim de atender aos novos desafios propostos, isto é, formalizando-os.

Em um momento em que há uma necessidade urgente e um esforço contínuo para revisar os princípios das Operações de Paz, os organizadores propõem um novo modelo de análise para esclarecer como a ONU e seus países membros devem trabalhar para promover uma paz duradoura nos países afetados por conflitos. Ao reconhecer as limitações e as relações de poder em jogo na construção da paz, a obra se destaca porque sintetiza aspectos doutrinários e do terreno relativos à estabilização dentro e fora da ONU.

Assim, o livro representa uma fonte a ser considerada quando se trata de discussões doutrinárias e práticas em uma nova era de Operações de Paz. Mais do que respostas, contudo, o livro nos convida a algumas perguntas. Como os principais países contribuintes com tropas influenciarão as próximas doutrinas de Operações de Paz frente ao protagonismo dos membros permanentes? Qual é o futuro da doutrina de “estabilização”, tendo em vista, por exemplo, questões como as novas restrições orçamentárias que desafiam o andamento dessas missões e a falta de consenso doutrinária na ONU? Quais desafios à legitimidade e operacionalidade das Operações de Paz as novas tecnologias e abordagens apresentam para a realização dos mandatos? Perguntas como essas cumprem o papel de refletir sobre quão centrais serão as Operações de Paz e a própria ONU na busca por paz e segurança internacionais nas próximas décadas.

Recebido em 16 de Setembro de 2021.

Aceito para publicação em 07 de Outubro de 2021.